

JORNAL

# adunicamp

ANO 14

DEZEMBRO 94

Publicação da Associação de Docentes da UNICAMP - Campinas - SP

## ORGANIZAÇÃO ASSOCIATIVA E SINDICAL: EM DISCUSSÃO OS ATUAIS DESAFIOS

GONZAGA /STU



Abril de 94 : Manifestação conjunta das Universidades Paulistas pela data-base, em S. Paulo

A campanha Salarial deste ano e a majoração da mensalidade da Adunicamp trazem à tona aspectos da atividade associativa e sindical.

A presente edição do Jornal do Adunicamp enfoca alguns desses aspectos: a liberdade sindical, a unicidade sindical, o direito de greve, entre outros.

**Organização  
Sindical**

Páginas 3 a 5

**Retrospectiva  
das lutas  
de 94**

Páginas 6 a 7

**São temas de  
Artigos: A Política  
Econômica e "A  
Curva do Sino"**

Páginas 8 e 9

**A polêmica  
do RDIDP**

Páginas 10 a 12

**E** DITORIAL

# Qual a Política Salarial para o próximo semestre?

O aumento salarial de 14,58%, de novembro, configurou uma primeira recuperação inequívoca das históricas perdas salariais de docentes e funcionários.

Os aumentos havidos em maio e junho, acumuladamente, permitiram recuperar o salário de maio de 93, nos termos do ICV/Dieese. Os aumentos

posteriores compensaram a inflação em Real no período. Finalmente em novembro, ocorreu um aumento aproximadamente 11% superior à inflação mensal, como fruto do compromisso assumido pelo Cuesp no Comunicado n. 09/94, estabelecendo o critério de 85% de comprometimento dos recursos provenientes do ICMS com salários e encargos decorrentes.

Reconhecer esta vitória do movimento reivindicativo deste ano não pode, porém, nos ofuscar o também necessário reconhecimento das limitações do que foi conseguido.

Em primeiro lugar, os valores de ICMS até outubro utilizados pelas planilhas do Cuesp não têm coincidido com os valores já publicados no Diário Oficial do Estado, permanecendo entre 1 e 2

pontos percentuais abaixo destes. Os valores de novembro e dezembro correspondem a estimativas claramente pessimistas.

Mas a principal limitação está no fato de que a política salarial definida no Comunicado n. 09/94 esgota-se em dezembro. Com os atuais níveis inflacionários o ganho agora obtido pode ser corroído

em três ou quatro meses. De fato, com a manutenção do salário nominal de novembro para dezembro, comunicada pelo Cuesp a 12/12/94, o ganho real de 11% já se reduz a 8%.

Por outro lado, as Universidades tiveram um ganho, com o aumento de 9,0 para 9,57% da cota parte do Estado no ICMS, vitória parcial de uma luta sustentada pelas Associações e Sindicatos do Fórum das Seis pelo aumento para 11%.

Em vista disso, como será a política salarial do próximo semestre? Como será a repartição do aumento da dotação das Universidades quanto a salários, custeio e investimento?

Existe assim uma importante pauta de discussões exigindo o retorno à prática de reuniões freqüentes entre o Cuesp e o Fórum das Seis.

Ao longo do semestre houve uma única reunião, contrastando com todo o período anterior desde a autonomia. Os professores e funcionários recorreram à greve em maio por sentir que nas reuniões Cuesp/Fórum o diálogo não vinha existindo na medida em que nossas reivindicações não eram ouvidas.

Neste momento a ausência de diálogo é ainda mais peremptória, pela ausência de reunião Cuesp/Fórum, para a qual não há explicações. O magnífico Reitor Prof. Martins havia declarado à Diretoria da Adunicamp, em reunião a 22/11/94, que em virtude das agendas dos diversos reitores,

considerava possível uma reunião entre 28/11 e 2/12. Mais ainda, que as reuniões Cuesp/Fórum seriam o local apropriado para discussão de

salários e comprometimento.

Não houve tal reunião, e nenhuma outra foi marcada. A Adunicamp e as demais entidades do Fórum continuam a considerar que o diálogo efetivo é o melhor caminho para evitar dolorosos desentendimentos.

*a principal limitação está no fato de que a política salarial definida no Comunicado nº 09/94 esgota-se em dezembro.*

*Ao longo do semestre houve uma única reunião, contrastando com todo o período anterior desde a autonomia.*

**EXPEDIENTE****Diretoria**

José Ricardo Figueiredo - Presidente  
Ítala D'Ottaviano - 1º Vice-Presidente  
João Wanderley Geraldi - 2º Vice-Presidente  
Michel Sadalla Filho - 1º Secretário  
Reinaldo Camargo Rigitano - 2º Secretário  
Marcela Haun - 1ª Tesoureira

Elias Basile Tambourgi - 2º Tesoureiro  
Carlos Fernando de Andrade - Diretor Administrativo  
Helena Costa Lopes de Freitas - Diretor de Imprensa  
Helena Jank - Diretor Cultural  
Adunicamp - Associação de Docentes da Unicamp -  
Cidade Universitária "Zeferino Vaz" -  
fone: (0192) 39-1148

**Jornal da Adunicamp Dezembro/1994**

Edição: Márcia Maria C. M. Fantinatti - MTB 22.521  
Revisão: Elena Cristina Caetano  
Editoração eletrônica: Lettera Comunicação -  
fone: (0192) 42-9880  
Tiragem: 2.500 exemplares  
Distribuição Gratuita

## ORGANIZAÇÃO SINDICAL

# A LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO EM JOGO

A forma com que ocorre a modernização tecnológica, gerando desemprego estrutural, e os processos recessivos atualmente em curso na maioria dos países, têm sido profundamente danosos para os trabalhadores, afetando diretamente sua qualidade de vida, e indiretamente, dificultando o movimento organizativo e sindical de diferentes categorias profissionais, ao reduzir o número de sindicalizados e ao estreitar a margem de manobra das organizações sindicais.

Somado a estes aspectos, cuja causa é diretamente econômica, as organizações das diferentes categorias profissionais enfrentam sucessivos ataques políticos, de diversas formas.

Em vários países da Europa, por exemplo, passou-se a exigir a reafiliação dos trabalhadores a sua entidade de classe, a cada três anos. Os defensores desta medida argumentam com a representatividade das entidades, mas efetivamente estão interferindo na sua dinâmica organizativa.

No Brasil se observam fatos semelhantes. Em maio deste ano, por exemplo, tivemos o parecer do STF pela ilegalidade de greves de funcionários públicos enquanto esta matéria não fosse regulamentada pelo Congresso, parecer que significa um inaceitável retrocesso em relação ao direito constitucional.

Muitas das emendas encaminhadas à frustrada revisão constitucional visaram remover direitos trabalhistas e sindicais reconhecidos na Constituição de 88. Sem dúvida novas iniciativas neste sentido estão por vir, em particular

quanto à aposentadoria por tempo de serviço.

Na Unicamp, apesar das sucessivas manifestações da atual Reitoria de reconhecimento e respeito pela atividade organizativa, como quando compareceu a posses de diretores da Adunicamp, APG e DCE, e suas reiteradas declarações neste sentido, a atividade representativa e sindical não deixa de estar imersa no contexto da luta pela ampliação ou restrição da autonomia e liberdade de organização.

O fato mais amplamente conhecido é a dificuldade de negociação salarial. Basta lembrar que durante o último semestre houve uma única reunião do Fórum das Seis com os reitores, a 09/09/94, ou recordar os longos períodos em que os reitores se recusaram a negociar

durante a própria greve, prolongando o impasse.

Mas convém destacar aqui alguns fatos menos divulgados.

O citado parecer do STF foi publicado no momento em que estávamos em greve. Não teve influência significativa sobre nossa mobilização na época, porque professores e funcionários, que

fizemos greve até durante a ditadura, não nos deixamos intimidar por tal decisão.

Ao final da greve, e após ela, enfrentamos a questão das punições a doze funcionários e um professor

suspensos para serem submetidos a processo interno, no caso geral, e através da Justiça do Trabalho, no caso dos dirigentes sindicais. Felizmente as

punições foram revogadas, após tensas negociações, mas o argumento jurídico que pesaria sobre os dirigentes sindicais não era outro senão a ilegalidade da greve, nos termos do parecer do STF.

Pesa sobre a atividade sindical na Unicamp a

auto-declaração de incompetência da Justiça do Trabalho de Campinas no julgamento de dissídios nesta Universidade, ocorrida quando o STU solicitou o julgamento do dissídio de 91. (Seria paradoxal se a mesma justiça aceitasse o julgamento da ilegalidade da greve depois disto).

A questão do dissídio se liga a outra, que pode ser constatada por qualquer professor ou funcionário que requeira à DGRH documento de comprovação de renda para fins de financiamento de imóvel, por exemplo. Apesar do mês de maio ser na prática a data-base das nossas categorias, o documento fornecido pela DGRH declara não haver data-base. Esta negativa pode prejudicar o professor ou funcionário em seu pleito pelo financiamento, sem que as finanças da Universidade ganhem qualquer coisa com isto. Seu objetivo precípuo é não reconhecer formalmente a data-base.

Vê-se assim que enfrentamos permanentemente uma tradição e uma jurisprudência de resistência à atividade organizativa e sindical na Unicamp. Contra isto só podemos opor nossa autonomia e independência, aliadas à nossa unidade com as demais entidades representativas de docentes e funcionários das universidades públicas.

*"...enfrentamos permanentemente uma tradição e uma jurisprudência de resistência à atividade organizativa e sindical na Unicamp"*

*"O citado parecer do STF foi publicado no momento em que estávamos em greve. Não teve influência significativa sobre nossa mobilização na época, porque professores e funcionários, que fizemos greve até durante a ditadura, não nos deixamos intimidar por tal decisão."*

## ORGANIZAÇÃO SINDICAL

# Unicidade sindical

Dois dias após as eleições de 3 de outubro as manchetes dos principais jornais estampavam a vontade do presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, de rever o princípio da unicidade sindical no contexto da adoção do contrato coletivo de trabalho.

A questão da unicidade já foi bastante polêmica no movimento sindical, e continua a sê-lo. O princípio de uma única entidade representativa por categoria profissional em cada base territorial é visto com reservas por alguns sindicalistas combativos que consideravam a unicidade como instrumento de reforço dos sindicatos atrelados ao Ministério do Trabalho, na velha estrutura sindical herdada do Estado Novo, inspirada na Carta del Lavoro fascista, e mantida durante o regime militar, nos seus piores aspectos. A quebra da unicidade permitiria, segundo eles, desmontar esta estrutura. Tal visão encontra bastante eco, por exemplo, na épo-

ca da formação da CUT, cuja preocupação central era renovar e fortalecer o movimento organizativo das diferentes categorias profissionais.

*"...a quebra da unicidade sindical continua a carregar necessariamente o risco da quebra da unidade dos profissionais de cada categoria"*

Em oposição a esta postura, muitos sindicalistas alertavam para o fato de que a quebra do princípio da unicidade sindical geraria forte ten-

dência ao pluralismo de entidades sindicais de uma mesma categoria em cada base territorial, divergindo entre si por motivações ideológicas, confessionais e outras.

Desde o final do regime militar as organizações sindicais existentes puderam em vários casos ser assumidas por lideranças democráticas e combativas, dependendo da capacidade de organização de cada categoria.

Várias outras organizações sindicais foram criadas, também nos marcos da unicidade sindical.

Enfim, a unicidade não se mostrou obstáculo à democratização sindical. Entretanto, a quebra da unicidade sindical continua a carregar necessariamente o risco da quebra da unidade dos profissionais de cada categoria, dando margem de manobra evidente aos adversários da categoria no plano das relações salariais e de trabalho.

## Adunicamp: a nova mensalidade

As carências materiais da Associação, dificultando principalmente a comunicação com os docentes, pelas limitações de distribuição do material impresso em algumas Unidades, pelas dimensões pequenas e aspecto pouco acolhedor das atuais instalações, fatos bastante conhecidos dos militantes sindicais, motivaram a unânime decisão do CR pelo aumento da mensalidade de 0,3 para 1% do salário dos associados.

Embora o CR seja estatutariamente o órgão deliberativo acerca desta medida, as reconhecidas dificuldades salariais dos professores levaram-no a solicitar o referendo deste aumento pela Assembléia Geral dos professores, o que se deu de forma amplamente majoritária.

Para evitar sobretaxas bancárias ao desconto em conta corrente, procurou-se manter a tradição do desconto em Folha de Pagamento por parte da Unicamp. Neste ponto a Procuradoria Geral da Unicamp argumentou com a necessidade de autorização individual dos docentes ao desconto, ao DGRH, quando, do ponto de vista da prática sindical corrente no país, caberia à Associação remeter a DGRH os nomes dos que eventualmente se desfiliam da entidade. Este impasse, que retardou a aplicação da medida, foi resolvido por acordo entre o Representante Jurídico da Associação e a Procuradoria Geral da Universidade, que manteve dupla possibilidade de manifestação dos docentes descontentes com a nova mensalidade.

Tivemos neste processo 80 pedidos de

desfiliação da entidade, que lamentamos profundamente. Entretanto o procedimento a ser adotado nestes casos não possui qualquer ambiguidade; tais professores desligam-se da Associação e não sofrem qualquer desconto.

Paralelamente, a DGRH recebeu 82 manifestações de discordância com o aumento. Além de lamentáveis pelas mesmas razões anteriores, esta forma de manifestação gera uma inconsistência na medida em que, pela interpretação dada pela Reitoria, tende a criar uma categoria de docentes que contribui com menor mensalidade, o que é injusto com o conjunto dos associados, e portanto inaceitável para a associação. Após esclarecimentos da Adunicamp a estes docentes, obtivemos já 6 confirmações de permanência na entidade com acatamento da nova mensalidade.

Enfim, sem discutir o mérito ou as motivações da Reitoria, o resultado de sua compreensão da questão do aumento da mensalidade foi uma problemática e nociva interferência em questões internas à Associação. É de justiça recordar, porém, que o processamento desta questão foi, apesar de tudo, bem mais simples que no caso do aumento da mensalidade do STU, decidida em 1991, que demorou um ano, e só foi resolvido quando a questão foi levada ao Consu.

Embora a decisão pelo aumento da mensalidade tenha sido tomada pela Diretoria, pelo CR e pela Assembléia com plena consciência, a Di-

retoria não pode eximir-se de pedir desculpas pelos termos finais da carta, enviada nominalmente aos docentes a outubro/94, comunicando a efetivação do aumento.

Antevendo a possibilidade de desfiliação de alguns docentes em virtude do aumento, sentimo-nos obrigados a alertar aos que o recusassem dos prazos burocráticos necessários para evitar descontos indesejados no pagamento dos salários referentes a novembro. A frase final, daí resultante, foi interpretada por alguns docentes que se manifestaram, oralmente ou por carta, como um arrogante desprezo aos professores que optassem pela desfiliação.

A estes e outros mal-entendidos, convém esclarecer, primeiro, que não há qualquer objetivo de fixar prazos à desfiliação, já que o associado pode desfiliar-se a qualquer momento.

Em segundo lugar, o parágrafo voltava-se efetivamente para os possíveis casos de desacordo com o pagamento de 1% encaminhados à DGRH, que, como se confirmou posteriormente, seriam interpretados como manutenção do desconto antigo, de 0,3%, configurando uma situação inaceitavelmente distinta daquela dos demais associados.

São estas as razões de nossa frase tão assertiva. Se outras interpretações puderam ocorrer, pedimos nossas sinceras desculpas a todos, e manifestamos nosso enfático agradecimento aos 1788 professores que acataram a deliberação de aumento apesar da polêmica frase.

## ORGANIZAÇÃO SINDICAL

# O apelo plebiscitário

Alguns dos docentes que recusaram o aumento da mensalidade da Adunicamp argumentaram que tal decisão deveria ter sido tomada por voto em urna, implícita ou explicitamente questionando a legitimidade do Conselho de Representantes ou da Assembléia Geral sobre este ponto.

O argumento da necessidade do voto em urna e da não representatividade da Assembléia Geral fora também empregado, por ocasião da greve de maio-junho, por pessoas que se opuseram à decisão pela greve.

O questionamento da representatividade da Assembléia Geral ou do Conselho de Representantes, partindo dos setores derrotados em cada um dos casos, não é portanto desinteressado do conteúdo das deliberações ali tomadas. Mas isto não significa que o questionamento deva ser ignorado ou posto sob suspeita.

Até porque não poderia ser diferente. Se uma deliberação satisfaz nossos anseios, não há motivo para não nos sentirmos representados na instância deliberativa. Se, ao contrário, não nos satisfaz, é necessário estarmos muito bem convencidos da representatividade da instância deliberativa para que não tendamos a questioná-la. A lógica abstrata, formal, pode conceber o questionamento da forma de uma decisão independente do conteúdo dela, mas não costuma fazê-lo a lógica concreta, o pensamento tal como ocorre às consciências ocupadas com questões práticas.

Tendo surgido um questionamento da representatividade da Assembléia, "onde poucas pessoas decidem por todos", conforme insistem seus críticos, cabe, não desqualificar, mas discutir o questionamento apresentado.

Um aspecto que não pode ser omitido da resposta é a questão estatutária. A Adunicamp é regida por um estatuto pelo qual a Assembléia Geral é o órgão máximo da entidade, seguido pelo Conselho de Representantes, e este pela Diretoria.

É impensável modificar o estatuto no calor de uma discussão sobre greve, mensalidade, ou qualquer outra. O estatuto exige para sua próxima modificação uma Assembléia Geral Permanente, com possível voto em urna, com quorum de 50% dos associados e maioria qualificada de 2/3 dos participantes. Este é, aliás, o único momento em que o estatuto menciona voto em urna, além do caso da eleição do Conselho de Representantes e da Diretoria.

As exigências estatutárias são imposições formais, mas nem por isto irrelevantes. O estatuto da nossa Associação não difere significativamente de outros, portanto representa a consolidação de práticas reconhecidas como democráticas em nosso meio e fora dele.

Se uma alteração de estatutos se faz necessária, esta não pode, na prática, e nem deve, conceitualmente, ser feita de forma casuística, no calor das tomadas de decisões outras. Mas, evidentemente, não se deve encarar os estatutos de forma dogmática. Uma vez colocada a questão de ampliar o escopo das decisões por voto em urna e reduzir o alcance das decisões em Assembléia, queremos discutir esta questão admitindo que o Estatuto possa ser modificado após o necessário debate.

A questão central aqui concerne o próprio caráter de uma Associação ou Sindicato que, como um coletivo, não se confunde com a somatória das individualidades que o compõem.

Para decidir o voto de cada um acerca de uma greve, por uma reivindicação salarial, por exemplo, não basta o sentimento individual da necessidade ou da justiça da reivindicação. A greve só tem sentido como fato coletivo, e o voto de cada um depende também da percepção individual sobre o estado de ânimo coletivo. A Assembléia Geral destaca-se aqui como um fórum insubstituível. Lá escutam-se os argumentos e afere-se a receptividade dos argumentos. Presencia-se, enfim, o debate.

O apelo do voto em urna se baseia na suposição de que tal forma de deliberação tende a alcançar um público mais amplo, sendo por isto mais democrático. Esta suposição nem sempre é verificada, já existiu na Adunicamp voto em urna atingindo

público inferior ao de muitas assembleias. O voto em urna pode atingir grande público desde que se despenda um considerável esforço de colocar uma urna, pelo menos, em cada unidade, por tempo suficientemente longo, com grande divulgação.

Mas o amplo público por si só não garante a democracia da decisão tomada. É imprescindível a mais completa informação aos docentes sobre os diferentes pontos de vista, exigindo um processo anterior de debate.

É relevante também a forma como a questão é colocada, ou seja, como é redigida a pergunta

aos docentes; tal redação, necessariamente elaborada em pequenos grupos, freqüentemente define o resultado do pleito. A Assembléia permite agilizar todo o processo de debate, ela própria pode definir os termos em que serão colocadas as questões, e garante a deliberação pelo voto dos presentes.

As assembleias não são realizadas com qualquer número de associados. Existe um quorum mínimo, que no nosso caso é 5% do total de associados, significando mais de 90 docentes, número bastante representativo. Assembleias convocadas que não atingem

este quorum tem sido encaradas como reuniões de associados cujos resultados são tradicionalmente, mas não necessariamente, acatados pela Diretoria.

Na prática, o número de presentes a uma assembleia é sempre levado em consideração pelos próprios presentes. A assembleia reluta em tomar decisões graves quando não se sente representativa.

A greve de maio-junho foi iniciada por uma assembleia cujo quorum foi superior ao dobro do limite mínimo, e seguidamente reiterada por assembleias com três ou quatro vezes tal quorum. A referendo da decisão do CR pelo aumento da mensalidade também contou com o dobro do quorum estatutário na assembleia.

Portanto, a validade das decisões de assembleias não repousa apenas nos estatutos e na tradição, antes deve ser reconhecido seu caráter democrático e representativo, e sua agilidade operacional.

Prova empírica disto ocorreu na implementação das deliberações. Por exemplo, a continuidade da greve foi votada em cada uma das assembleias ocorridas no período, sendo em geral aprovada por 80 a 90% dos participantes, número muito próximo daquele de docentes que aderiram à greve na maior parte do tempo. Da mesma forma, o percentual dos docentes que rejeitaram a nova mensalidade foi da ordem daquela dos docentes que votaram contra a medida na assembleia.

Isto não significa que a questão da democracia na Associação se resolva apenas pela convocação de Assembleias Gerais e demais instâncias deliberativas. A comunicação entre os associados e seus representantes precisa ser continuamente desenvolvida. Daí a ênfase da presente gestão em consolidar o Jornal Adunicamp como um veículo de mão dupla, apresentando a visão da Diretoria sobre as questões consideradas relevantes e sendo um espaço aberto à manifestação dos docentes.

*"...amplo público por si só não garante a democracia da decisão tomada."*

*"O estatuto da nossa Associação não difere significativamente de outros, portanto representa a consolidação de práticas reconhecidas como democráticas em nosso meio e fora dele."*

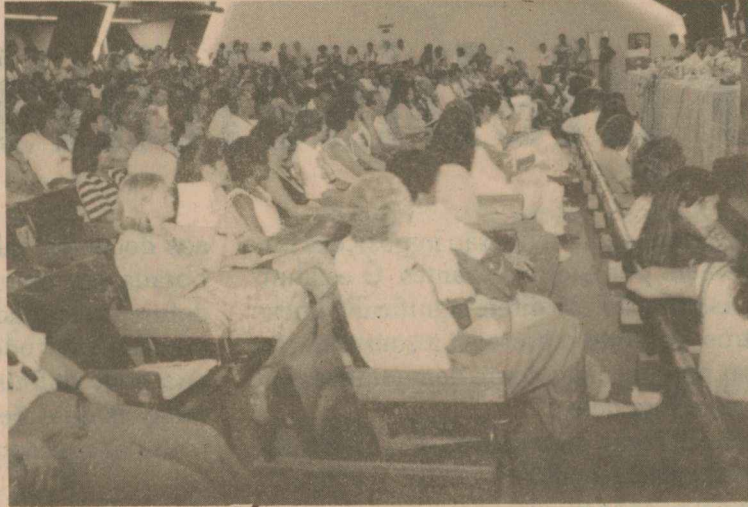
**I**niciamos 94 em ritmo de sucessão de reitor. A Adunicamp - em conjunto com as demais entidades do campus - organizou uma série de reuniões gerais e debates com os candidatos a reitor, em todos os campi da Universidade.

A consulta à comunidade realizou-se em dois turnos, 1º turno em 22 e 23/03 e 2º turno em 5 e 6/04. Cinco candidatos concorreram: Prof. José Martins Filho/FCM, Prof. Fernando Galembeck/IQ, Prof. Francisco Reis/IQ, Prof. Luís Alberto Magna/FCM e Prof. Celso Arruda/FEM.

Em 19 de abril tomou posse o vencedor da escolha, Prof. José Martins Filho/FCM.

Nesse mesmo mês teve início a campanha salarial unificada - do Fórum das Seis - pela data-base, em maio.

Na pauta de reivindicações entregue



Debates entre os reitoráveis

aos reitores no dia 30/03, destacava-se a reivindicação de 37% de reajuste sobre a tabela dos salários em Urv.

A 29 de abril - quando as universidades realizaram um dia de paralisação - teve início a 1ª rodada de negociações. Fórum/Cruesp.

As negociações não evoluíram. Os reitores demoraram a apresentar proposta e, quando o fizeram, acenaram com um reajuste real de apenas 1,68%, para recuperação parcial de perdas anteriores a 93, em termos do índice Fipe.

Diante do crescente aviltamento dos salários e da deterioração das condições de trabalho nas Universidades, somada à

intransigência do Cruesp nas negociações, as universidades decidiram entrar em greve.

A Assembléia geral da Adunicamp aprovou início da greve a partir de 11/06.

Os funcionários entraram em greve na Unicamp; na Unesp e Usp docentes e funcionários também decidiram pela greve.

A greve se estenderia até 22/06: foi a mais longa desde o decreto da autonomia universitária, em 89. Na Unicamp, uma novidade. as discussões sobre a greve e a situação salarial chegaram às Congregações, e foi convocada até mesmo uma reunião extraordinária do Conselho Universitário, realizada em 19/05, para discussão da data-base.

# RETROS DAS LUTA

MÁRIO CAMARGO /STU



Comunidade Universitária participa da Consulta para escolha do Reitor

No final do mês de maio, o Fórum apresentou contraproposta: um reajuste de 27%.

No plano das negociações com os Reitores, as posições acirraram-se e o Cruesp - sem apresentar proposta satisfatória - decidiu encerrar as discussões, em início de junho.

Na Unicamp, no dia 09/06, funcionários em greve realizaram assembléia geral no restaurante do HC. A Reitoria entendeu como invasão da área e pediu à

Justiça a reintegração de posse; aprofundando a crise nas negociações, ao fazer publicar em Diário Oficial a suspensão de 12 funcionários e 1 docente - vários deles, diretores do STU.

Em 15/06 foi deflagrado o SOS Universidade, pela reabertura das negociações. Um ato público no ginásio da Unicamp reuniu cerca de 4.000 participantes. Dezenas de entidades e personalidades estiveram presentes e/ou enviaram moções de apoio.

GONZAGA /STU



Manifestação conjunta, pela data-base, em São Paulo

**CAMP**

# PECTIVA AS EM 94

MÁRIO CAMARGO /STU



Funcionários e docente da Unicamp punidos na greve de maio/94

importante instrumento para o aprofundamento do debate de idéias no interior da Universidade.

Em sua edição de setembro, o Jornal da Adunicamp abordou as eleições para Presidente e governador do Estado, dedicando espaço às propostas de governo bem como a artigos de docentes em apoio às candidaturas.

Duas das Comissões de Estudos da Adunicamp - Comissão de Política de Pesquisa e Comissão de Política Universitária, que haviam iniciado seus trabalhos em julho, apresentaram relatórios preliminares de suas reuniões na edição de outubro do Jornal da Adunicamp, trazendo à tona a polêmica em torno

do cumprimento do RDIDP na Universidade (que se estende, na presente edição).

Em novembro, o Fórum das Seis lançou campanha salarial de emergência, - para exigir dos Reitores o cumprimento de compromissos assumidos à data-base. Sobretudo o de conceder reajustes de salários sempre que a folha bruta, no semestre em curso, ficasse abaixo de 85% da receita fiscal das três universidades.

A última reunião entre Fórum e Cruesp foi realizada a 09/09, embora houvesse compromisso em realizar reuniões mensais para discutir reajustes. O Fórum indicou paralisação no dia 29/11. Os docentes da Unicamp, em

assembléia, optaram por outras formas de mobilização; enviar manifesto ao Conselho Universitário, esclarecendo a situação salarial, foi uma delas.

E valeu a mobilização. Os reitores concederam 14,58% em novembro, o que representou - considerada inflação mensal de cerca de 3% - um aumento de 11% em termos reais.

As aulas estenderam-se até dezembro - em função do calendário de reposição de aulas, dos dias de greve - o que não nos permite esquecer que o ano de 94 exigiu de todos muitos esforços, uma árdua luta.

Sabemos que essa luta vale a pena, pois dela dependem a garantia de salários dignos e a defesa da Universidade Pública e Gratuita de qualidade.

Aproveitamos o final do ano para congratular-nos com todos os que contribuíram para as conquistas obtidas em 94 e renovamos o compromisso com novas e mais batalhas que estão por vir.

*Feliz 1995.*

GONZAGA /STU



Alunos na manifestação em S. Paulo: apoio à Campanha pela data-base

Ainda durante a greve, os docentes reunidos em assembléia aprovaram a elevação da mensalidade da Adunicamp de 0,3 para 1% do salário dos associados. Aprovaram ainda a criação - proposta pelo CR Adunicamp - de Comissões de Estudos, como forma de aprofundar e melhorar os trabalhos da entidade.

A Adunicamp participou de Comissão Paritária visando uma saída para reverter as punições. Elas foram

suspensas e os punidos voltaram ao trabalho no dia 15/07.

O saldo da greve foi positivo: além do abono de 18% em julho, conquistou-se, como política salarial, o compromisso dos Reitores em, com base na arrecadação do ICMS, reajustar mensalmente os salários a partir de julho, convergindo para comprometimento de 85% em dezembro.

Em agosto, a Adunicamp trouxe de volta o Jornal da Adunicamp,



Concentração em frente à Reitoria da Unicamp, no dia do ato SOS Universidade

MÁRIO CAMARGO /STU

## POLÍTICA ECONÔMICA

# Elogio ao Jornal Nacional

José Ricardo Figueiredo

O Jornal Nacional de 06/12/94 noticiou brevemente que o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, Iedi, órgão do empresariado paulista, entregara documento ao presidente eleito solicitando a revisão da política cambial e a diminuição das taxas de juros de longo prazo.

O próprio presidente eleito apareceu em seguida, não para responder ao documento, mas para falar de seus compromissos sociais em um discurso perante o "Pacto Pela Infância".

Por fim surgiu o comentarista econômico Joelson Beting tecendo loas à abertura às exportações, que permitiriam controlar a inflação pelo aumento de oferta, não pela contenção da demanda.

Em rápidos minutos o Jornal Nacional tocou em contradições muito centrais da atual política econômica.

O documento do Iedi, intitulado "A indústria e o governo Fernando Henrique - Oportunidades e Ameaças", foi interpretado corretamente pelo jornal "O Estado de São Paulo" do dia seguinte como uma proposta de mudança de rumo do plano real.

Para o documento, a estabilização monetária proporciona oportunidades de crescimento que o país corre o risco de desperdiçar, tal como ocorreu com o México e com a Argentina, a menos que o "centro de gravidade da política econômica seja deslocado da área cambial para a área fiscal".

Afirma que o confronto da produção nacional com a concorrência internacional, favorecida pela alta de câmbio e pelos baixos impostos de importação, tende a lesar as empresas nacionais a optarem por estratégias mercantis conservadoras, podendo resultar na obsolescência e no sucateamento da indústria nacional.

A opção pelo crescimento sustentado exigiria, ao contrário, que o governo protegesse a produção doméstica, reduzisse as taxas de juros e restabelecesse políticas de subsídio para investimentos.

Este conjunto de propostas, ainda que nada revolucionário, confirma uma profunda mudança na política econômica. Coincide com as considerações levantadas aqui no Jornal Adunicamp no sentido de que a permanência da política cambial irrealista acoplada a níveis altos de juro constitui um fardo pesado demais para o desenvolvimento econômico nacional.

Enfim, o documento dos industriais propõe a reversão da política econômica

*"...o documento dos industriais propõe a reversão da política econômica que os industriais, majoritariamente, ajudaram a eleger nas últimas eleições."*

que os industriais, majoritariamente, ajudaram a eleger nas últimas eleições.

Aqui se observa uma contradição marcante. Sem dúvida, as preocupações desenvolvimentistas do documento teriam encontrado maior eco em governos do PDT ou do PMDB ou talvez mesmo do PT.

A aliança PSDB-PFL-PTB significa o caminho da política econômica liberal, anti-protetionista, absolutamente distinta daquela agora reivindicada pelo empresariado industrial paulista.

Sem dúvida o medo de um governo Lula cimentou a unidade do empresariado em torno do candidato mais cotado para derrotá-lo. Mas há mais do que isto, é

ilustrativo aqui o papel desempenhado por Joelson Beting, defendendo a política cambial contestada na notícia anterior.

Os meios de comunicação em massa, com destaque a Rede Globo, propagandeam uma política econômica que não atende à maioria do povo, e nem mesmo ao empresariado como um todo, mas apenas a uma parcela restrita dele, o empresariado monopolista, particularmente o multinacional.

Aquela outra parte do empresariado, que depende de um forte mercado interno, é também vítima de uma doutrinação ideológica sistemática, através dos grandes veículos de comunicação de massa, que interessa apenas a seus concorrentes mais fortes.

O aquecimento da economia devido à estabilização é efêmero. Depende em grande parte da retirada de dinheiro da poupança, dos aumentos salariais obtidos por algumas categorias, de um certo ganho real dos salários antes desprotegidos da inflação, e do aquecimento das compras em função do período natalino e do 13º salário.

Estes fatores tendem a desaparecer com o tempo, particularmente em virtude da corrosão inflacionária sobre os salários. Toda a política econômica não está orientada para manter a onda de crescimento das vendas, mas, ao contrário, para freá-la.

Com esta política econômica desnacionalizante e recessiva, as preocupações sociais do futuro presidente terão espaço para se manifestar somente em belos discursos junto às organizações filantrópicas.

Em síntese, o Jornal Nacional de 06/12/94 tocou em marcantes contradições da vida brasileira atual, e respondeu a elas, a seu modo.

*José Ricardo Figueiredo é professor do Departamento de Energia da Faculdade de Engenharia Mecânica/Unicamp e Presidente da Adunicamp.*



## OPINIÃO

# A Burrice do Preconceito

Mohamed Habib

Recentemente foi publicado nos EUA um livro com o título "The Bell Curve", A Curva de Distribuição Normal, de autoria de Charles Murray (sociólogo) e Richard Herrnstein (psicólogo), que analisam a inteligência de alguns grupos étnicos norte-americanos a partir dos testes de "Q.I.", com maior enfoque sobre brancos e negros. O livro, de 850 páginas, surge paradoxalmente no país que mais fala da Democracia, da Ética e dos Direitos humanos; no entanto, habituado com os seus conflitos raciais.

Os autores dividem a sociedade norte-americana, de 250 milhões de habitantes, em três categorias principais. A primeira, 25% da população, é a mais privilegiada e conta com Q.I. superior a 110 pontos. A segunda

abrange a metade da população e conta com Q.I. entre 90 e 110 pontos. A terceira, de 62,5 milhões de habitantes, tem valores de Q.I. inferiores a 90 pontos. Ainda citam que enquanto a média do Q.I. dos brancos está no patamar de 102 pontos, a dos negros alcança apenas 87 pontos. E como se trata de valores médios, eles reconhecem que é comum ter negros com Q.I. superior a 125 pontos, assim como é freqüente ter brancos com Q.I. inferior a 75 pontos. Vale a pena lembrar que a população branca naquele país corresponde a 89% do total, enquanto que a comunidade negra é de apenas 10,5%.

Embora os autores reconheçam que as condições ambientais podem interferir, eles consideram as características genéticas raciais como as responsáveis principais pelo nível da habilidade mental e da intelectualidade. E a partir dessa premissa os autores sugerem pôr fim nos gastos do Governo dos EUA com projetos sociais para negros pobres e recomendam a criação de projetos para o atri-

moramento da inteligência da população branca abençoada por uma "performance" superior. Isso tudo revela uma grande preocupação dos autores: "A superioridade reprodutiva dos negros em relação aos brancos pode resultar em aumento populacional proporcional favorecendo os primeiros e, conseqüentemente, reduzindo a intelectualidade ou a "inteligência" média do povo norte-americano, ameaçando com isso a hegemonia daquele país e o seu destaque na nova Ordem Mundial".

A concepção dos dois autores, que nos faz lembrar do movimento nazista europeu que levou a Alemanha à experiên-

cia mais amarga de sua história, a 2ª. Guerra Mundial, não é novidade na sociedade norte-americana, pois freqüentemente surge alguém com idéias idênticas. Por exemplo, Morton (1849) atesta que o volu-

me cerebral de asiáticos e brancos é igual; no entanto, é 65 centímetros cúbicos superior ao dos negros. Em 1970, incrivelmente, Gould reexamina o trabalho de Morton e revela que este tinha falsificado os dados, não levando em consideração, na sua análise, os africanos de maior volume cerebral, nem os brancos de cabeça pequena!!!!. Gould, então, recalcula e revela: NÃO HÁ DIFERENÇA no volume cerebral em função da raça. Em 1966, Shockley (prêmio Nobel de Física de 1956) lança e defende a idéia de esterilização de pessoas de QIs baixos e a criação de um Banco de Sêmen de superdotados. O incrível é que quando o Exército dos EUA utilizou o teste de Q.I. pela primeira vez em 1917, para avaliar os seus integrantes, chegou à fantástica conclusão de que a intelectualidade dos oficiais era superior à dos recrutas!!!!.

Agora cabe perguntar, será que podemos invocar a matriz genética racial para justificar as diferenças na intelectualidade e na habilidade mental? Se for o caso, como se explica o

aumento de 18 pontos no nível médio do Q.I. do mesmo povo norte-americano no período de 1930 a 1990 (apenas 60 anos)?????. Será que não seria mais inteligente invocar a escola, os meios de ensino moderno, os meios de comunicação, o lazer eletrônico e tecnológico? Isto é, será que os processos de instrução contemporânea não seriam os maiores responsáveis? É óbvio que tais processos são mais disponíveis e mais abundantes para a população branca, e que quando somados ao "stress" psicológico exercido eternamente sobre a comunidade negra podem explicar perfeitamente a diferença entre a intelectualidade média das duas comunidades. Vale a pena lembrar que a sociedade norte-americana formou-se a partir de imigrantes. Os negros eram os únicos levados a força para o trabalho escravo, e desde então sofrem um estúpido preconceito.

Os autores do livro, além de confundirem instrução cultural com inteligência, defendem a tese de ter e manter um país hegemônico e poderoso, enquanto que o mundo está buscando o caminho para alcançar uma sociedade humana pacífica e harmoniosa. Colocam a inteligência como o único requisito para o progresso. Esqueceram que os intocáveis Al Capone e outros eram inteligentes. Os piores criminosos são muito inteligentes, os políticos corruptos e os enganadores são inteligentes. Os grandes cientistas que inventaram a bomba atômica e as armas nucleares são inteligentes. É isso que nós

queremos? Não. Queremos sim a habilidade mental que nos leva a uma vida com o mínimo de problemas sociais e com o máximo de justiça. Queremos sim a intelectualidade que traz o conforto, a segurança, a saúde e o ambiente favorável à vida. Queremos sim a sensibilidade do homem para garantir a harmonia e a tranquilidade social usufruindo as habilidades artísticas e culturais do homem. Queremos sim a preservação da saúde corporal e das condições físicas

do corpo humano, inclusive pré-requisito para a saúde mental, para nos dar a alegria das atividades esportivas dos povos e das nações. Isto é, queremos sim o homem com a sua melhor imagem que a Natureza lhe deu.

A sábia Natureza nos ensina que a sobrevivência da humanidade depende da manutenção da grande variabilidade genética desta espécie chamada Homo sapiens. A purificação de raças só leva ao desaparecimento e à extinção, pois o ambiente é totalmente dinâmico e alterável. Inteligente é aquele que entende o diferente como necessário e complementar, pois tem a mesma origem: na química é hidrogênio, carbono e oxigênio, e na teologia é o mesmo Adão que poderia ser até branco. Tento imaginar os EUA sem a participação dos negros no mundo esportivo do basquete, do futebol americano, do boxe; ou no mundo artístico, como o musical: não consigo achar nenhuma graça.

Enquanto isso, e no período de 13 a 17 de abril deste ano, realizou-se o encontro internacional "Diversidade Humana: Desafio Planetário". O encontro promovido pela Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil, com o apoio das Nações Unidas, da UFRJ e da Univ. Est. da Bahia, além de três Ministérios do Governo Federal, publica uma carta aberta, da qual tomo a liberdade de extrair as seguintes frases:

*"Agora cabe perguntar, será que podemos invocar a matriz genética racial para justificar as diferenças na intelectualidade e na habilidade mental?"*

- "Entende-se que o desenvolvimento das relações harmônicas entre segmentos étnicos e culturais diversos se revela imprescindível para a pró-

pria riqueza, paz, estabilidade e sobrevivência do ser humano".

- "A valorização da vida humana, e a própria sobrevivência dos homens, depende de uma nova ética de coexistência, do respeito absoluto ao outro e da definição de formas conscientemente profundas de solidariedade entre os grupos raciais e as sociedades pluralistas".

Assim eu termino.  
Mohamed Habib é Professor do Instituto de Biologia/Unicamp.

José Martins Filho

Campinas, 17 de novembro de 1994 - Of. GR-1118/94

# O cumprimento do RDIDP: a polêmica

**Caro Professor Figueiredo,**

Tive a oportunidade de ler a edição 14, de outubro de 1994, do "Jornal da Adunicamp" e espantou-me o tom denunciatório e genérico com que é tratado o tema do cumprimento do tempo integral na Unicamp, inclusive com a menção explícita de unidades que estão historicamente colocadas entre as mais produtivas do País.

Das formas possíveis de se levantar um problema institucional, coisa que a referida edição do "Jornal da Adunicamp" busca efetivamente fazer - infelizmente universalizando as acusações, numa espécie de libelo contra os próprios pares -, a da execração pública me parece a menos recomendável e a menos produtiva.

Da mesma forma não me parece justo incriminar a Reitoria pelo conhecimento hipotético de uma situação regimental cujo controle e cumprimento é de

responsabilidade dos Chefes de Departamento, das Congregações e, em última análise, dos Diretores de Unidade. Sabe perfeitamente V. Sa. que, em outras ocasiões, quando acusações objetivas foram levadas ao fórum do Conselho Universitário, tratamos do assunto encaminhando-o às quais dizia respeito.

Embora possa haver problemas a equacionar numa comunidade de cerca de 2.300 professores, dos quais atuam 88% em regime de dedicação exclusiva, o "Jornal da Adunicamp" não poderia ter ignorado o fato de que, no panorama das universidades públicas brasileiras, a Unicamp tem sido uma das mais rigorosas na cobrança dos

níveis de produtividade de seus docentes. Recordar-se V. Sa. que, quando da infausta e injusta lista de "improdutivos da USP", que resultou em enorme desserviço para aquela instituição, a

*"Não se pede que a comunidade seja corporativa, mas pede-se, ao contrário, que sua autocrítica seja construtiva e responsável."*

Unicamp era frequentemente mencionada como um exemplo de produtividade. Raramente um episódio, como V. Sa. sabe, forneceu munção tão abundante aos inimigos do ensino superior público e gratuito, sendo realmente de lamentar-se que sua deflagração se tenha originado no seio da própria comunidade universitária. Não se pede que a comunidade seja corporativa, mas pede-se, ao contrário, que sua autocrítica seja construtiva e responsável.

Informo a V. Sa. que tão logo tomei conhecimento dos artigos

em questão convoquei para uma reunião os senhores Diretores das Unidades mencionadas, não só para colocá-los a par das acusações ali feitas mas também para solicitar a verificação minuciosa de sua veracidade junto a cada um de seus Departamentos.

De outro modo, dentro do compromisso de transparência total que assumi com a comunidade da Unicamp, aguardo de V. Sa., de seus colaboradores e da Adunicamp enquanto representante formal dos interesses docentes, uma forma de colaboração que, antes da denúncia vagamente expressa, passe antes pelo diálogo e pela análise serena das alternativas de um maior amadurecimento institucional.

Com expressões de estima e respeito,

**José Martins Filho**  
Reitor

Dr. José Ricardo Figueiredo

Campinas, 30 de novembro de 1994 - Of. N-178/94

**Magnífico Reitor,**

Quero agradecer sua carta de 17 de novembro passado que, apesar das divergências francamente expressas com o conteúdo do Jornal da Adunicamp de outubro de 1994, vem reiterar o reconhecimento e a importância atribuídas por Vossa Magnificência à Adunicamp enquanto representante formal dos interesses docentes.

O Jornal da Adunicamp foi criado, e agora retomado, com o objetivo de permitir o debate de questões, internas ou externas à Universidade, de interesse para os docentes. Por isto tem levantado

problemas de política econômica na perspectiva do desenvolvimento e da democratização da renda, apresentou as plataformas eleitorais em ensino, ciência, tecnologia e cultura, dos diversos candidatos a cargos majoritários, e tem aberto seu espaço à livre manifestação dos docentes.

O tema central daquela edição foi a apresentação dos trabalhos

das Comissões de Política Científica e Tecnológica e de Política Universitária, criadas

*"... consideramos acertado que a Adunicamp tenha assumido um questionamento já deflagrado entre os docentes, com o único fim de contribuir para sua solução"*

assinados.

Ainda que o conteúdo destas matérias seja da responsabilidade

pela Adunicamp em junho deste ano. Membros desta última comissão apresentaram o conteúdo de suas discussões na forma de uma entrevista e dois artigos

dos autores e da entrevistada, a Associação não quer eximir-se de discutir sua responsabilidade nos artigos.

Em primeiro lugar, convém notar que a apresentação dos problemas do RDIDP, em todos os casos, não faz menção nominal a qualquer professor, e daí o caráter genérico mencionado por Vossa Magnificência, evitando com isto qualquer possibilidade de execração pública contra nossos pares, como ocorrera com a lista de "improdutivos" da USP.

A necessidade de discussão dos problemas existentes na Universidade com relação ao

## CARTAS

→ cumprimento do Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa tem se manifestado há tempos, desde conversas pessoais a manifestações no Conselho Universitário, mencionadas por Vossa Magnificência. A criação da Comissão de Política Universitária foi a resposta da entidade, através da Assembléia, a ampla demanda por esta discussão entre os docentes.

Em nenhum momento a Adunicamp, e temos certeza, qualquer professor e qualquer dos articulistas, pretendem trazer prejuízo ao respeito que a UNICAMP goza nacional e

internacionalmente. Tal respeitabilidade é motivo de orgulho para todos nós.

O risco de desmoralização da Universidade Pública, e da UNICAMP em particular, existe de fato. Vossa Magnificência bem salienta existirem os inimigos do ensino superior público e gratuito. Mas a ação de tais inimigos independe da discussão interna destas questões; a grande imprensa tem levantado acusações específicas que não passaram pela Adunicamp, senão em um caso, quando publicamos posteriormente as acusações e as respostas das diferentes partes.

Mais importante ainda é que, ao partir da comunidade interna, estas discussões demonstram superados quaisquer corporativos, no pior sentido. A Adunicamp vem sistematicamente buscando aliar a defesa de condições dignas de trabalho com a intransigente defesa do papel social da Universidade.

Por isto não há o que lamentar no fato da deflagração do debate ter se originado no seio da própria comunidade universitária, e consideramos acertado que a Adunicamp tenha assumido um questionamento já deflagrado entre os docentes, com o único fim de contribuir para sua

solução. A apresentação do problema é fundamental para sua solução, e o Jornal da Adunicamp continua aberto ao aprofundamento destas questões, inclusive no sentido prepositivo reivindicado por Vossa Magnificência.

Salientando nosso agradecimento, pela atenção para com a Adunicamp, como pela franqueza das críticas enviadas, reiteramos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,  
**Prof. José Ricardo Figueiredo**  
Presidente Adunicamp

José Roberto de França Arruda

23 de novembro de 1994

# Sobre as denúncias de violação do RDIDP

À Adunicamp

23 de novembro de 1994

Foi surpreendente a reação que suscitaram os artigos sobre o regime de dedicação exclusiva ao ensino e à pesquisa recentemente publicados no Jornal da Adunicamp. As críticas partiram principalmente da Reitoria, culminando com o ofício circular 1118/94.

Argumentou-se primeiramente que este não seria o fórum adequado, que esta discussão só caberia nas instâncias oficiais da Universidade, tais como os Conselhos de Departamento, Congregações e Conselho Universitário. Este argumento cai por terra pela simples constatação de que estas instâncias não se mostraram até hoje eficazes na solução do problema. Cabe, por isso, fomentar o debate para a formação de uma consciência coletiva no seio do corpo docente sobre as graves conseqüências do

mau uso do RDIDP. Por outro lado, o principal veículo interno para debate de idéias entre os docentes da Unicamp é o Jornal da Adunicamp. Portanto, nada

publicação dos artigos que geraram toda essa polêmica. Ora, é preciso antes de mais nada reconhecer-lhes a coragem de abordar tema que causa tanto

profissionais e políticos de forma impessoal está na raiz dos males desta sociedade, que é sabidamente das mais socialmente injustas do planeta.

Finalmente, criticaram-se os colegas pelo desgaste externo que suas denúncias possam ter causado à instituição, esquecendo que a real causa de desgaste externo é o objeto da denúncia e não a denúncia em si! Os que fazem este tipo de crítica são geralmente aqueles que julgam que os problemas da Unicamp só devem ser discutidos de forma envergonhada, entre quatro paredes, en petit comité. Esquecem que foi exatamente este tipo de atitude que facilitou, no passado, a manutenção das distorções com as quais hoje convivemos.

*"Finalmente, criticaram-se os colegas pelo desgaste externo que suas denúncias possam ter causado à instituição, esquecendo que a real causa de desgaste externo é o objeto da denúncia em si! Esquecem-se que foi exatamente este tipo de atitude que facilitou, no passado, a manutenção das distorções com as quais hoje convivemos."*

mais natural e democrático que os colegas, preocupados com a Universidade, veiculem suas opiniões através deste jornal.

Houve quem sugerisse tratar-se de atitude sensacionalista e irresponsável dos colegas a

desconforto e pode gerar tantas inimizades no contexto de nossa sociedade, que mostra, nestes casos, sua face mais hipócrita. Sou de opinião de que esta incapacidade da maioria dos brasileiros de tratar problemas

**José Roberto de França Arruda - Professor MS-5, RDIDP / Faculdade de Engenharia Mecânica**

*Pela importância do tema RDIDP, o Jornal da Adunicamp transcreve na íntegra o artigo do Prof. Erasmo Magalhães Castro de Tolosa, publicado originalmente no "Jornal da USP", órgão oficial da Reitoria daquela Universidade, em sua edição de 28/11 a 4/12/1994.*

# RDIDP na Universidade: existe ou não existe?

*"O meio mais eficaz para destruir uma lei é começar por aceitá-la; aceitar algo como mal necessário é o começo de sua eliminação".  
Unamuno - Ensaio: "Reforma da Ortografia"*

**Erasmo Magalhães Castro de Tolosa**

O Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) representa até hoje bandeira, símbolo de orgulho da Universidade de São Paulo. Constitui o alicerce dos institutos básicos e construiu a base sólida dos grandes institutos profissionais como a Medicina, Engenharia, Odontologia.

As regras do regime eram absolutamente claras e transparentes: dedicação exclusiva ou integral (adj. de íntegro + al. INTEIRO, COMPLETO, TOTAL - Laudelino Freite) ao ensino e à pesquisa. Evidentemente que nas áreas profissionais a prestação de serviços - exercício das antigas profissões liberais - era um agente complicador. No começo foi respeitada a dedicação integral. A explosão demográfica do País, a proliferação descoordenada do ensino superior, o progresso econômico fizeram com que os docentes do RDIDP, predominantemente da área profissional, investissem contra as normas rígidas do regime e, tal como assédio a uma fortaleza, procurassem com golpes de aríete minar a resistência dos defensores do regime e através de interpretações as mais variadas criassem condições artificiais beneficiando-se com precedentes que debilitaram o RDIDP, tornando-o inautêntico e pouco transparente.

O ilustre presidente da CERT e coordenador da Comissão Permanente de Avaliação da USP, no documento "Avaliação Departamental na Universidade de São Paulo: Uma análise Crítica da Primeira Fase Envolvendo 48 Departamentos", afirma à fl. 12:

"Quanto ao regime de trabalho docente, uma expressiva maioria dos departamentos (84,7%) foi considerada como tendo um bom equilíbrio. Em apenas 15,2% dos departamentos havia desequilíbrio no regime de trabalho, com excessivo número de docentes em RTP e RTC. Este desequilíbrio foi notado mormente em escolas profissionalizantes, tais como arquitetura, engenharia, odontologia e certos setores da medicina. É notável que em outros setores da medicina ligados à clínica houve forte tendência de aumento dos docentes em regime de RDIDP nos últimos anos (exemplo os departamentos de clínica médica). Um estímulo pelo trabalho de pesquisa aliado a uma possibilidade de complementação salarial através de consultorias e serviços especializados (limitadas em tempo e geralmente administradas por fundações) permitiu esta modificação. Este é um modelo que merece atenção da administração mas que também exige controle para evitar abusos".

A própria autoridade, guardiã da fortaleza, admite que o integral modificado?! foi benéfico no aumento de docentes em RDIDP, modificado... ou distorcido?!

Em 1948 no processo nº 3618.83.8, assim os manifestamos:

"Em épocas de crise ou ainda da inflação da magni-

tude como a que atualmente suportamos, qualquer índice salarial proposto torna-se defasado da realidade não propiciando condições para o docente se manter em RDIDP. Há alguns anos numerosas tentativas foram levadas a cabo no sentido de ser complementado o salário auferido dentro do RDIDP mesmo em detrimento do espírito da dedicação exclusiva, considerada por muitos como o período romântico e ultrapassado da Universidade de São Paulo".

Várias modalidades de complementação salarial com embasamento legal ou não já estão em pleno funcionamento ou aguardam permissão dos órgãos superiores da USP, entre os quais destacamos:

- a) regências concomitantes por prazos determinados;
- b) afastamento com salários da USP e complementações salariais de outras instituições;
- c) pedidos de acumulação sem prejuízo salarial de cargos docentes com outros cargos como magistratura, secretarias de Estado e posições de elevado nível no governo federal, estadual e municipal;
- d) acumulações "veladas", consultorias, etc.;
- e) criação de fundações específicas através das quais são complementados salários docentes sob a forma de "bolsas de estudo", não importando a categoria do docente;
- f) participação em convênios com agências financiadoras tanto a nível nacional como internacional, significando em muitos casos verdadeira prestação de serviços de natureza técnico-científica de interesse dessas agências podendo não refletir a verdadeira criatividade da pesquisa dentro da Universidade;
- g) organização de cursos de atualização em períodos diferentes do habitual, em locais próprios da Universidade, utilizando toda sua infra-estrutura. Esses cursos, realizados em áreas de grande interesse profissional com cobrança de taxas, servirão para complementar o salário dos docentes da Universidade participantes do curso, apesar destes constituírem de certa forma obrigação integrante da carreira docente;
- h) tempo integral geográfico, isto é, atendimento de particulares dentro da instituição, fora do período de atividade normal do docente (como se fosse possível na maioria dos casos);
- i) e finalmente, a fórmula mais grave, utilizada à revelia dos órgãos superiores da Universidade, que seria simplesmente burlar o tempo integral."

Finalmente, entendo que as normas do RDIDP devem ser revistas, em especial o parágrafo 2º do Artigo 23, da Resolução nº 3.533 de 22.06.89, ainda não referendado nos termos do artigo 197 do Regimento Geral da USP.

"O docente que passe a servir em RDIDP exclusivamente em decorrência do exercício dos mandatos referidos no 'caput' fica desobrigado do estrito cumprimento

das determinações da CERT, particularmente das referentes a ingresso, permanência e observância dos preceitos do regime, embora lhe sejam asseguradas as vantagens correspondentes, pecuniárias e outras, enquanto perdurar o respectivo mandato."

Creio ser absolutamente comparável a atual situação de RDIDP às reservas demarcadas de índios. Não é concebível nesta última impedir a evolução histórica dos povos, constringendo indivíduos da espécie humana a viverem como há séculos, para de modo artificial dar vazão a sentimentos injustos ou interesses econômicos e políticos menos nobres. Daí as invasões e evasões comuns que atormentam um órgão que tenta controlar esses problemas, a Funai.

Voltando ao nosso RDIDP, mantendo-se somente o ideário, comporta-se como as reservas indígenas, obrigando os que persistem no tempo integral puro a viver mal economicamente, e assistindo os que, dotados de menos fé ou mal-intencionados, a elaborar caminhos tortuosos que levam ou já levaram o RDIDP ao descaso.

Contudo, creio ter chegado a hora da definição, pois a CERT e os órgãos superiores da USP não são a Funai e os docentes não podem adotar a postura indígena.

Cartesianamente creio, à semelhança dos testes de múltipla escolha, nos restam as seguintes alternativas:

A) manutenção do RDIDP revigorado, talvez privativo das áreas básicas, com uma dieta econômica melhor, e o integral no sentido etimológico da palavra.

B) substituir o atual RDIDP por um regime do tipo JORNADA COMPLETA DE 40 HORAS, mantendo-se o turno completo de 24 horas e o turno parcial de 12 horas. Regime este, ora proposto, que melhor atenderia aos diretores e vice-diretores que obrigatoriamente tenham que pertencer a um regime, e ainda atenderia à área profissional que hoje se apóia em condições nebulosas como as preconizadas no parágrafo 2º do Artigo 23 da Resolução nº 3.533, de 22 de junho de 1989.

Também tornaria transparentes as situações de consultoria permanente, plantões médicos e prestação de serviços à comunidade que, feitos de modo rotineiro, constituem vínculo empregatício, além das complementações salariais discutíveis e pouco transparentes das fundações das unidades, também alvo de questionamentos.

C) manter o RDIDP nos moldes preconizados na alternativa A e ainda criar a Jornada Completa de 40 horas proposta na alternativa B, com as vantagens e desvantagens já descritas.

D) Nenhuma das acima suprimindo-se o RDIDP...  
Pessoalmente a minha escolha é a alternativa C.

*Erasmo Magalhães Castro de Tolosa é professor titular USP em RDIDP.*